ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL-SECCIONAL PIAUÍ
ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA
PROCESSO SELETIVO DE BOLSAS PARA PÓS GRADUAÇÃO "LATO SENSU" OAB/PI

Leia atentamente as instruções abaixo:

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este Caderno, com 40 (quarenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha. Examine se a prova está completa, se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas.

b) São 10 questões de Direito Constitucional, 10 questões de Direito Civil, 10 questões de Direito Penal e 10 questões de Direito Processual Civil.

02- A prova terá duração de 4 (quatro horas).
03- No Caderno de avaliação, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo com "X" a letra da opção da questão com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.
04- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
05- Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que:

a) Utilizar ou consultar cadernos, livros, notas de estudo, calculadoras, telefones celulares, pagers, Ipod, Ipad e quaisquer outros recursos eletrônicos.

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o Caderno de avaliação.

06. AO FINAL, O CANDIDATO DEVERÁ ENTREGAR O CADERNO DE AVALIAÇÃO (COM A DEVIDA IDENTIFICAÇÃO) PARA O FISCAL RESPONSÁVEL PELA SALA DO CERTAME.

NOME DO (A) CANDIDATO (A): _____

CPF: _____

PROVA ESCRITA
SELEÇÃO DE BOLSAS PARA PÓS-GRADUAÇÃO

1.O exercício dos direitos fundamentais pode dar ensejo, muitas vezes, a uma série de conflitos com outros direitos constitucionalmente protegidos. Daí fazer-se mister a definição do âmbito ou núcleo de proteção e, se for o caso, a fixação precisa das restrições ou das limitações a esses direitos. Dentre as alternativas abaixo marque aquela que não representa o âmbito ou núcleo de proteção dos direitos fundamentais:

a) O âmbito de proteção de um direito fundamental abrange pressupostos fáticos e jurídicos contemplados pela norma jurídica e a consequência comum, a proteção fundamental.
b) O âmbito de proteção é aquela parcela da realidade que o constituinte houve por bem definir como objeto de proteção especial.
c) O legislador ordinário não se limita a estabelecer restrições a eventual direito, cabendo-lhe definir, em determinada medida, a amplitude a conformação desses direitos individuais nos casos em que direitos individuais são dotados de âmbito de proteção estritamente normativo, como direito de propriedade e o direito à proteção judiciária.
d) A evidencia do âmbito de proteção de determinado direito individual, é identificado através do tipo de agressão ou restrição perpetrado.
e) A definição do âmbito de proteção exige a análise da norma constitucional garantidora de direitos tendo em vista a identificação dos bens jurídicos protegidos, bem como a amplitude dessa proteção, e a verificação das possíveis restrições contempladas, expressamente, na Constituição e a identificação das reservas legais de índole restritiva.

2. De acordo com o art. 97 da Constituição da República Federativa do Brasil, “somente pelo voto da maioria de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público”. Determinado juiz de direito, após ler esse preceito, que somente faz menção a tribunais, e constatar que nenhum comando expresso na Constituição o autorizava a realizar o controle de constitucionalidade, negou requerimento formulado pelo Ministério Público em sede de ação civil pública. No caso concreto, o Ministério Público pretendia que o juiz de direito deixasse de aplicar uma norma que considerava inconstitucional, o que teria influência direta na resolução do problema concreto. À luz da sistemática constitucional, o controle de constitucionalidade pretendido pelo Ministério Público é considerado:

A) difuso, podendo ser realizado pelo juiz de direito;
B) concentrado, somente podendo ser realizado por tribunal;
C) abstrato, podendo ser realizado pelo juiz de direito;

D) difundido, somente podendo ser realizado por tribunal;
E) concreto, somente podendo ser realizado por tribunal.

3. Considera-se mecanismo de controle de constitucionalidade jurisdicional repressivo, previsto na Constituição da República,
a) o veto parcial ou total do Presidente da República a projeto de lei por motivo de inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público.
b) a suspensão, no todo ou em parte, da execução de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
c) o mandado de injunção, de competência originária do Superior Tribunal de Justiça, em face de ausência de norma regulamentadora de direito fundamental cuja elaboração seja atribuição de Assembleia Legislativa estadual.
d) a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, em face da Constituição da República.
e) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, de competência originária do Supremo Tribunal Federal.

4. A tarefa do Poder Constituinte é criar normas jurídicas de valor constitucional, isto é, fazer a Constituição que atenda às demandas políticas e jurídicas de criação ou transformação. Sobre a teoria do Poder Constituinte, assinale a assertiva **CORRETA.**

a) O Poder Constituinte derivado é competência constitucional estabelecida voltada exclusivamente à revisão do texto constitucional.
b) O Poder Constituinte derivado decorrente não pode ser considerado limitado, sob pena de violação do princípio da autonomia dos entes federados.
c) De acordo com a teoria clássica do Poder Constituinte, a Constituição é resultado do exercício de um poder originário, anterior e superior a ela, no qual ela se radica e do qual advêm toda a sua premência e irrestrição.
d) O processo da mutação constitucional equivale formalmente ao exercício do Poder Constituinte derivado reformador.
e) O Poder Constituinte – tanto em sua versão originária quanto derivada – possui as mesmas características e limites, já que estabelece normas constitucionais por meio de um processo legislativo extraordinário.

5. Um indivíduo foi informado de que não teria acesso a financiamento para aquisição de imóvel a que pleiteava, em função de ter seu nome “negativado" junto a banco de dados de determinado serviço de proteção ao crédito. Em consulta à instituição responsável pelo serviço, descobriu que as restrições ao crédito deviam-se a uma série de cheques seus, emitidos e não adimplidos, que haviam em verdade sido furtados, fato que foi objeto de investigação criminal e ajuizamento de ação, em andamento, contra o acusado pela suposta prática de estelionato. Pretende, assim, que essas circunstâncias relativas ao inadimplemento sejam anotadas no cadastro mantido pela instituição. Na hipótese de não ser atendido administrativamente, o interessado, em sede judicial,

a) não poderá valer-se de *habeas data*, por ausência de interesse de agir, uma vez que a instituição não lhe recusou acesso às informações existentes a seu respeito no banco de dados.
b) deverá recorrer às vias ordinárias, por inexistir ação de caráter mandamental cabível diante da situação descrita.
c) poderá valer-se de *habeas data*, devendo instruir a petição inicial com prova de recusa da instituição em fazer a anotação pretendida, sob pena de indeferimento, por inépcia.
d) não poderá valer-se de *habeas data*, por inexistirem dados a serem retificados, já que a informação referente ao inadimplemento dos cheques é verdadeira.
e) poderá valer-se de mandado de segurança, na hipótese de o órgão não proceder à anotação pretendida no prazo de dez dias contados da entrada do requerimento.

6. A respeito da ação de habeas corpus, assinale a afirmativa incorreta.

a) Pode ser impetrado por estrangeiro residente no país.
b) É cabível contra punição disciplinar militar imposta por autoridade incompetente.
c) Não é meio hábil para controle concreto de constitucionalidade.
d) A Constituição assegura a gratuidade para seu ajuizamento.
e) Conceder-se-á sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção por ilegalidade ou abuso de poder.

7. Sob o fundamento de ofensa à repartição constitucional de competências entre os entes da Federação, o Procurador-Geral da República propõe ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, tendo por objeto lei estadual que complementa a disciplina de determinada matéria de direito urbanístico constante de lei federal preexistente. Como se depreende de elementos extraídos do processo, a lei estadual tem por finalidade atender a peculiaridades do Estado-membro, sem contrariar as normas gerais contidas na lei federal preexistente. A qual, contudo, não contém norma de autorização para que Estados-membros legislem sobre matéria.

a) O Procurador-Geral não possui legitimidade para propositura da ação, embora, no mérito, a fundamentação seja procedente, uma vez que direito urbanístico é matéria de competência legislativa privativa da União.
b) A lei estadual não pode ser objeto de controle concentrado perante o Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, embora, no mérito, a fundamentação seja procedente, uma vez que direito urbanístico é matéria de competência legislativa privativa da União.
c) O Procurador- Geral da República possui legitimidade ativa e a lei estadual pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, mas a ação, no mérito, é improcedente, uma vez que direito urbanístico é matéria de competência concorrente, em relação à qual os Estados possuem competência suplementar.

d) O Procurador Geral da República possui legitimidade ativa e a lei estadual pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, assim como, no mérito, a ação é procedente, uma vez que direito urbanístico é matéria de competência legislativa privativa da União.
e) O Procurador-Geral da República possui legitimidade ativa e a lei estadual pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, mas a ação, no mérito é improcedente, uma vez que seria necessária prévia autorização por lei complementar federal para o Estado legislar a respeito da matéria de forma a atender a suas peculiaridades.

8. De acordo com a Constituição Federal brasileira, em matéria de controle difuso de constitucionalidade, o Senado Federal poderá editar uma resolução suspendendo a execução, no todo ou em parte, lei ou ato normativo declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Esta resolução senatorial.
a) terá efeitos erga omnes, porém ex nunc, ou seja, a partir da sua publicação
b) não terá efeitos erga omnes, sendo que os efeitos inter partes serão ex nunc, ou seja, a partir da sua publicação.
c) terá efeitos erga omnes e ex tunc, ou seja, anteriores a sua publicação.
d) somente terá efeitos ex tunc depois de aprovada por maioria absoluta do Senado Federal e um terço do Congresso Nacional.
e) não terá efeitos erga omnes, porém os efeitos inter partes serão ex tunc, ou seja, anteriores a sua publicação.

9. Sobre a configuração constitucional do princípio da legalidade, tipificado e garantido em nosso ordenamento jurídico, devendo ser observado em diretos e garantias ,é incorreto afirmar que:
a. nas aparições constitucionais do princípio da legalidade, como direito fundamental em várias acepções ou como princípio geral da administração pública, sua acepção corresponde à “reserva de lei” ou “estrita legalidade”.
b. como direito fundamental geral, o princípio da legalidade se configura em que os indivíduos são livres em suas ações privadas, salvo se a lei impuser que ele se abstenha de alguma iniciativa ou lhe determinar a realização de alguma iniciativa.
c. como direito fundamental especificamente voltado à liberdade individual em face do ordenamento e da persecução penais, à vista do princípio da legalidade somente há configuração de tipo criminal mediante sua prévia definição por lei em sentido formal e material.
d. como direito fundamental especificamente voltado à garantia do patrimônio privado em face das pretensões fiscais do poder público, à vista do princípio da legalidade a lei é condição para a instituição e para a majoração de tributos, ressalvadas, quanto à majoração, a exceção constitucional referida aos impostos da União de caráter econômico-regulatório.
e. o princípio da legalidade enquanto princípio geral regente da administração pública importa, dentre diversas outras consequências, que somente mediante lei se pode fixar a remuneração ou o subsídio dos cargos, empregos e funções de qualquer dos poderes.

10. De acordo com a Carta Magna, no âmbito da competência legislativa concorrente, a competência da União limitar-seá a estabelecer normas gerais. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. Nesse contexto, é correto afirmar que a superveniência de lei federal sobre normas gerais:

a) suspenderá, na íntegra, a eficácia da lei estadual.
b) suspenderá a eficácia da lei estadual apenas no que lhe for contrário.
c) manterá a eficácia da lei estadual, ainda que esta contrarie dispositivos da lei federal, tendo em vista a independência entre os entes federativos.
d) revogará, na íntegra, a lei estadual.
e) revogará a lei estadual apenas no que não lhe for contrário.

11. No que se refere à interpretação da natureza jurídica do preâmbulo da Constituição, segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) o preâmbulo da Constituição é normativo, apresentando a mesma natureza do articulado da Constituição e, consequentemente, serve como paradigma para a declaração de inconstitucionalidade.
b) o preâmbulo da Constituição não constitui norma central, não tendo força normativa e, consequentemente, não servindo como paradigma para a declaração de inconstitucionalidade.
c) o preâmbulo da Constituição possui natureza histórica e política, entretanto, se situa no âmbito dogmático e, consequentemente, serve como paradigma para a declaração de inconstitucionalidade.
d) o preâmbulo da Constituição possui natureza interpretativa ou unificadora e traz sentido às categorias jurídicas da Constituição e, portanto, trata-se de norma de reprodução obrigatória nas Constituições estaduais.
e) Nenhuma das assertivas.

12. Segundo o eminente constitucionalista José Afonso da Silva, as normas constitucionais podem ser divididas, quanto à eficácia, em: plenas, contidas e limitadas. Essa classificação é utilizada reiteradamente pelo Supremo Tribunal Federal na análise da compatibilidade de normas com a Constituição Federal. Nesse contexto, o artigo 8°, IV, da CF ("*IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei*.') poderá ser classificado como:

a) De eficácia contida, pois a norma infraconstitucional poderá reduzir a abrangência.
b) De eficácia plena e aplicabilidade mediata.
c) De eficácia limitada e aplicabilidade imediata.

d) De eficácia limitada, pois cria vantagens jurídicas, seja para conferir direitos, seja para impor obrigações, ainda que dependente de regulação posterior.
e) De eficácia plena e aplicabilidade imediata.

13. O domicílio da pessoa natural, na forma do que prescreve o art. 70, do Código Civil, se trata do lugar onde ela estabelece sua residência com ânimo definitivo, ou seja, o local onde pode ser encontrada para os atos da vida civil.. Conforme leciona NESTOR DUARTE, ao comentar o dispositivo referido, "o domicílio é sede jurídica das pessoas. A disposição legal, porém, afastou-se desse significado para agregar dois elementos: um objetivo, que é a residência, e outro subjetivo, que é o ânimo subjetivo. Daí, então, não se confundir com a simples moradia, embora esta também não seja desprovida, em alguns casos de relevância jurídica." (Código Civil Comentado, Coord. CEZAR PELUSO, 5ª Edição, Editora Manole, 2011, pág. 74). A respeito do domicílio, assinale a alternativa INCORRETA:
a) Quanto à liberdade de escolha, o domicílio classifica-se em voluntário ou necessário, este último também conhecido por domicílio legal, em razão de ser determinado pela lei, em razão da condição ou situação de certas pessoas;
b) o domicílio necessário o incapaz é o mesmo domicílio de seu representante legal;
c) é possível que a pessoa física tenha mais de um domicílio, ou porque possui várias residências, ou porque, além do domicílio familiar, tem também o profissional;
d) não é permitida a existência de domicílio plúrimo no ordenamento jurídico brasileiro;
e) o domicilio real se trata do local onde as pessoas possuem residência, enquanto o domicílio presumido é aplicável às pessoas que não possuem residência fixa, tendo por domicílio o local em que forem encontradas.

14. A respeito dos bens e de suas classificações, assinale a alternativa que contém a assertiva INCORRETA:

a) bens fungíveis são os móveis que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade;
b) bens móveis por antecipação são aqueles incorporados ao solo, mas com a intenção prévia de serem separados oportunamente para serem convertidos em móveis, como as árvores destinadas ao corte e os frutos não colhidos;
c) frutos são espécie de bens acessórios considerados como utilidades que se retiram do bem principal, diminuindo-lhe a quantidade, porque não se produzem periodicamente;
d) bens públicos de uso especial são aqueles que se destinam à execução de serviços públicos, como escolas, hospitais, quartéis, etc.;
e) benfeitorias voluptuárias são espécies de bens acessórios consideradas como aqueles melhoramentos no bem principal que tem por finalidade o mero aformoseamento, deleite ou recreio.

15. Os fatos jurídicos em sentido amplo podem ser considerados como todo acontecimento da vida que o ordenamento jurídico considera relevante no campo do direito, ou seja, todo fato que tenha repercussão jurídica. Possuem como espécies os fatos naturais (fatos jurídicos em sentido amplo) e os fatos humanos (atos jurídicos em sentido estrito). Por sua vez, os atos humanos, também conhecidos como atos jurídicos em sentido estrito, se subdividem em atos lícitos e atos ilícitos. Por fim, subdividem-se os atos lícitos em ato jurídico em sentido estrito, negócio jurídico e ato-fato jurídico. Considerando a classificação dos fatos e dos atos jurídicos, analise as proposições abaixo e em seguida assinale a alternativa CORRETA:

I – os atos jurídicos lícitos são aqueles que a lei defere os efeitos pretendidos conforme o ordenamento jurídico ou a vontade do agente que o praticou, vez que realizados de acordo com a norma jurídica;
II – os atos jurídicos em sentido amplo são os decorrentes da vontade humana, ou seja, aqueles atos que criam, modificam, transferem ou extinguem direitos;
III – os negócios jurídicos são aqueles praticados conforme a manifestação de vontade livre, com os efeitos do ato previstos pelo próprio agente que o praticou;
IV – ato jurídico em sentido estrito é aquele decorrente da ação humana, positiva ou negativa, independentemente da manifestação de vontade, mas que produz efeitos jurídicos.

É correto o que se afirma em
a) I e II apenas;
b) I, II e III, apenas;
c) I e III apenas;
d) I, II e IV apenas;
e) I, III e IV, apenas

16. De acordo com o vigente Código Civil, assinale a alternativa correta:
a) De acordo com o Código Civil, o domicílio do marítimo e do militar do Exército é o voluntário da pessoa natural; o do preso condenado e do incapaz, o domicílio necessário.
b) podemos afirmar que morada é o lugar onde a pessoa se estabelece com ânimo definitivo.
c) Constitui domicílio necessário o especificado pelos contratantes em contratos escritos, referente ao lugar onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
d) Ao estabelecer os requisitos para determinação do domicílio civil, afastando-o do conceito de residência, a lei civil optou por acolher a unidade de domicílio em oposição à pluralidade adotada em outros ordenamentos.
e) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

17. A teoria do Direito apresenta diversos conceitos jurídicos que explicam o disciplinamento das relações da vida em sociedade, dentre os quais podem ser destacados o direito objetivo, direito subjetivo, direito *positivo*, direito natural, direito potestativo, etc.. CRISTIANO CHAVES DE FARIAS e NELSON ROSENVALD, ao escreverem sobre a introdução ao Direito Civil, mencionam estas diversas espécies de direito, lecionando, em relação a uma delas, da seguinte forma: "Caracterizam-se os ********** por atribuir ao titular a possibilidade de produzir efeitos jurídicos em determinadas situações mediante um ato próprio de vontade, inclusive atingindo terceiros interessados nessa situação, que não poderão se opor." (Curso de Direito Civil, vol. 1, 2014, p. 35). Assinale a alternativa que contém a espécie de direito referida no texto supracitado:

a) direito objetivo;
b) direito subjetivo;
c) direito natural;
d) direito positivo;
e) direito potestativo.

18. Sabe-se que o negócio jurídico é a forma de manifestação de vontade segundo o princípio da autonomia privada, visando a ocorrência de efeitos jurídicos concretos. Nesse sentido, ou seja, levando-se em consideração as implicações acerca do negócio jurídico, entende-se que:

a) Todo negócio jurídico tem, necessariamente, uma das possibilidades do plano de eficácia, quais sejam, uma condição, um termo ou um encargo.
b) No ordenamento jurídico há a previsão expressa de que o silêncio, quanto à realização de um negócio jurídico, importa em anuência ao mesmo, afinal de contas "quem cala, consente".
c) Para a realização de um negócio jurídico, fez-se necessário a presença dos elementos de existência, quais sejam, um agente que emite a sua vontade, e sob uma determinada forma, sendo o seu objeto irrelevante.
d) por ser menos grave, a nulidade relativa admite confirmação pelas partes, e somente pode ser somente pode ser arguida pelos legítimos, sendo a ação anulatória decidida por sentença de natureza desconstitutiva de efeitos ex tunc.
e) NDA.

19. Assinale a alternativa **INCORRETA**, levando em consideração as normas civis vigentes.

a) se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
b) velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas; se funcionarem no Distrito Federal ou em Território, caberá o encargo ao Ministério Público Federal, sendo tal questão pacífica no Poder Judiciário.
c) se o estatuto da fundação não for elaborado dentro do prazo imposto pelo instituidor

ou, não havendo prazo, em 180 dias, caberá ao órgão fiscalizador das fundações a sua elaboração.
d) uma sociedade empresária é pessoa jurídica de direito privado.
e) uma fundação pode ser constituída para fins assistenciais, culturais, religiosos e culturais.

20. A emancipação civil, no regime legal ora vigente,
a) é ato exclusivo dos pais, conjuntamente, ou, na falta de um deles, por morte ou interdição, ato do outro genitor, fazendo cessar a incapacidade relativa do filho.
b) depende sempre de decisão judicial.
c) quando outorgada pelos pais, ou por um deles, depende de instrumento público.
d) pode ser outorgada por escritura pública ou particular .
e) não pode o tutor ser ouvido acerca desse regramento.

21. Assinale a alternativa INCORRETA:
a) Sobre o nexo de causalidade, o Código Penal brasileiro adotou a teoria da *conditio sine qua non*, também conhecida como teoria da equivalência dos antecedentes causais, que considera causa toda ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
b) O crime impossível caracteriza-se pela impropriedade do objeto e ineficácia absoluta do meio.
c) Os crimes formais prescindem de nexo de causalidade.
d) A causa preexistente relativamente independente em relação à conduta do agente, como é o caso da hemofilia da vítima, que contribui para o resultado morte no crime de homicídio, rompe o nexo de causalidade, respondendo o agressor apenas pelos atos até então praticados, no caso, configuradores do crime de homicídio tentado, ainda que tenha o agente conhecimento do peculiar estado da vítima.
e) A mãe que deixa de amamentar o filho, causando-lhe a morte, comete um crime omissivo impróprio.

22. Sobre a Aplicação da Lei Penal no tempo e no espaço, analise as assertivas e assinale a alternativa correta:
I- No que diz respeito à lei penal no tempo e no espaço, pode-se afirmar que a vigência de norma penal posterior atenderá ao princípio da imediatidade, não incidindo, em nenhum caso, sobre fatos praticados na forma da lei penal anterior.
II - A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
III – A exceção ao princípio de que a lei não pode retroagir, salvo para beneficiar o acusado, restringe-se às normas de caráter penal, não se estendendo às normas processuais penais.
IV - No Brasil adota-se o Princípio da territorialidade temperada, segundo o qual a lei penal brasileira aplica-se, em regra, ao crime cometido no território nacional. Excepcionalmente, porém, a lei estrangeira é aplicável a delitos cometidos total ou

parcialmente em território nacional, quando assim determinarem tratados e convenções internacionais.
V – O Princípio da Territorialidade adotado no Brasil não se coaduna com o "Princípio da passagem inocente", segundo o qual se um fato fosse cometido a bordo de navio ou avião estrangeiro de propriedade privada, que esteja apenas de passagem pelo território brasileiro, não seria aplicada a nossa lei, se o crime não afetasse em nada nossos interesses.

a) Apenas as assertivas I, II e III são verdadeiras.
b) Apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras.
c) Apenas as assertivas II, IV e V são verdadeiras.
d) Apenas as assertivas II, III e IV são verdadeiras.
e) Apenas as assertivas II, III e V são verdadeiras.

23. Assinale a alternativa correta:

a) Considera-se praticado o crime no momento da omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
b) Não fica sujeito à lei brasileira, embora cometido no estrangeiro, o crime contra a liberdade do Presidente da República.
c) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro contra a administração pública, por quem está ou não a seu serviço.
d) É incorreto afirmar que a lei mais benéfica deve ser aplicada pelo juiz quando da prolação da sentença — em decorrência do fenômeno da ultratividade — mesmo já tendo sido revogada a lei que vigia no momento da consumação do crime.
e) Pelo princípio da irretroatividade da lei penal, não é possível a aplicação de lei posterior a fato anterior à edição desta. É exceção ao referido princípio a possibilidade de retroatividade da lei penal benéfica que atenue a pena ou torne atípico o fato, desde que não haja trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

24. Assinale a alternativa CORRETA:

a) A mãe que, apressada para fazer compras, esquecer o filho recém-nascido dentro de um veículo responderá pela prática de homicídio doloso no caso de o bebê morrer por sufocamento dentro do veículo fechado, uma vez que ela, na qualidade de agente garantidora, possui a obrigação legal de cuidado, proteção e vigilância da criança.
b) exclusivamente de acordo com o entendimento majoritário da doutrina, é possível a coautoria nos crimes de mão própria mesmo se o coautor não ostentar os moldes da figura incriminadora.
c) os crimes comissivos por omissão são aqueles em que o agente deixa de fazer o que estava obrigado e, por isso, acaba produzindo o resultado.
d) Crime permanente é aquele cuja consumação se protrai no tempo em decorrência de várias condutas que sucedem o ato inicial, caracterizando habitualidade da espécie delitiva.

e) Crime próprio é aquele que exige sujeito ativo especial ou qualificado, não admitindo coautoria ou participação de quem não guarde tais características peculiares.

25. Em relação ao nexo de causalidade, assinale a alternativa CORRETA:
a) Como a relação de causalidade constitui elemento do tipo penal no direito brasileiro, foi adotada como regra, no Código Penal, a teoria da causalidade adequada, também conhecida como teoria da equivalência dos antecedentes causais.
b) “Pátroclo", com o intuito de matar “Eneas", dispara contra ele com arma de fogo, ferindo-o, sobrevindo a morte de “Eneas", exclusivamente por intoxicação causada por envenenamento provocado no dia anterior por “Ulisses", devendo “Pátroclo", nessa situação, responder por homicídio tentado, porque o envenenamento é considerado causa absolutamente independente preexistente.
c) Aquiles", sabendo que “Heitor" é hemofílico, fere-o, com intuito homicida, ocorrendo efetivamente a morte, em virtude de hemorragia derivada da doença da qual “Heitor" era portador, situação essa que leva à punição de “Aquiles" por homicídio tentado, sendo a hemofilia, nesse caso, considerada concausa.
d) “Menelau", inimigo do condenado à morte “Tideu", presenciando os instantes anteriores à execução, antecipa-se ao carrasco e mata o sentenciado, caso em que sua conduta não é punível, por falta de configuração jurídica de causa do resultado morte, que se daria de qualquer maneira.
e) “Páris", com ânimo de matar, fere “Nestor", o qual, vindo a ser transportado em ambulância, morre em decorrência de lesões experimentadas em acidente automobilístico a caminho do hospital, sendo o acidente, no caso, causa superveniente e relativamente independente, respondendo “Páris" por homicídio consumado.

26. Sobre a utilização de inquéritos policiais ou as ações penais em curso como fundamento para aumentar a pena, é correto afirmar:
a) É cabível na segunda fase e terceira fase de individualização da pena, mas não pode intervir sobre a fixação da pena-base.
b) Embora não esteja expressamente prevista como circunstância agravante, pode ser considerada agravante genérica com especial permissão de emprego no processo individualizador da pena.
c) Integra espectro compreendido no chamado princípio do livre convencimento do juiz que pode utilizá-la como causa geral de aumento de pena.
d) É considerada circunstância agravante expressamente prevista no art. 61 do Código Penal.
e) Não é reconhecida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que editou, inclusive, súmula sobre o tema.

27. Considerando as orientações legais relativas a aplicação de penas, assinale a opção correta.

a) Havendo concurso formal de delitos, em que o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicar-se-á a pena privativa de liberdade mais grave, ou, se as penas forem iguais, aplicar-se-á apenas uma delas, majorada, em qualquer caso, de um sexto até metade, sem prejuízo de eventual cumulação de penas, nas situações em que a ação ou a omissão for dolosa, e os crimes resultarem de desígnios autônomos.
b) As agravantes e as atenuantes previstas no CP são *numerus clausus*, ou seja, não é possível invocar circunstância atenuante ou agravante que não tenha sido expressamente prevista no texto legal.
c) No caso de concurso material de delitos, quando os crimes forem praticados, mediante mais de uma ação ou omissão, e resultarem na aplicação cumulativa de penas de reclusão e detenção, o agente deverá cumprir, primeiramente, a pena de detenção.
d) O agente, condenado por sentença transitada em julgado pela prática de crime de motim, será considerado reincidente, em caso de sentença condenatória por crime de furto.
e) Se, no curso do prazo, o agente cometer novo crime doloso ou culposo, a suspensão condicional da pena deverá ser revogada; no entanto, se o beneficiado for condenado, irrecorrivelmente, por contravenção penal à pena privativa de liberdade, a revogação será facultativa.

28. Ticio, funcionário público municipal, para justificar um período de uma semana de falta, apresenta um atestado médico no dia 10 de Janeiro de 2007. Desconfiado da conduta de Tício, o superior imediato dele Renato coleta informações e descobre que o atestado apresentado por Ticio é falso, noticiando imediatamente o fato à Autoridade Policial, que determina a instauração de Inquérito Policial. O inquérito demora muito tempo para ser encerrado e relatado. Tício é, então, denunciado pelo Ministério Público como incurso no artigo 297, c.c. o artigo 304, ambos do Código Penal e a denúncia recebida em 20 de Julho do mesmo ano de 2007. O processo transcorre normalmente até a prolação da sentença pelo Magistrado competente, que condena Ticio a cumprir pena de 02 anos e 06 meses de reclusão e multa. A sentença é publicada em 20 de Setembro de 2010. Interposto recurso de apelação pelo réu Tício o Tribunal de Justiça nega provimento ao apelo e mantém a sentença de primeiro grau. O Acórdão, publicado em 10 de Outubro de 2015, transitou em julgado. Na situação hipotética apresentada, na fase de execução, o Magistrado

a) deverá extinguir a punibilidade de Tício pela prescrição uma vez que transcorreu lapso temporal superior a 5 anos entre a data da publicação da sentença e da publicação do acórdão recorrível.
b) deverá extinguir a punibilidade de Tício pela prescrição que ocorre no caso concreto em três anos, prazo este transcorrido entre a data do recebimento da denúncia e da sentença.

c) deverá extinguir a punibilidade de Tício pela prescrição que ocorre no caso concreto em quatro anos, prazo este transcorrido entre a data da publicação da sentença de primeiro grau e do acórdão recorrível.
d) deverá extinguir a punibilidade de Tício pela prescrição uma vez que transcorreu lapso temporal superior a 2 anos entre a data do recebimento da denúncia e da sentença.
e) não deverá extinguir a punibilidade de Tício pela prescrição.

29. Chilperico, auditor fiscal, exigiu para si dez mil reais de propina de uma contribuinte para não implicá-la em dada responsabilização tributária, usando aquele o dinheiro para uma viagem turística à Disneylândia. Acabou condenado à pena de 2 anos de reclusão e pagamento de 10 dias-multa pelo crime de concussão (Código Penal, art. 316, caput, pena mínima). Enquanto isso, seu irmão gêmeo Clotário, também auditor fiscal, exigiu indevidamente um pagamento de mil reais de ICMS de outro contribuinte, acabando Clotário condenado por excesso de exação e suportando a pena final de 3 anos de reclusão e pagamento de 10 dias-multa (Código Penal, art. 316, parágrafo 1º , pena mínima). Aregunda, mãe dos gêmeos, ficou perplexa. Fosse ela uma jurista, e apenas com esses dados, em princípio, sua irresignação teria fundamento teórico mais preciso em um importante postulado que estrutura toda a legislação das penas no direito brasileiro, qual seja a ideia de
a) pessoalidade.
b) Dignidade humana.
c) Legalidade.
d) Proporcionalidade.
e) Individualização.

30. Com referência à execução das penas privativas de liberdade, assinale a opção correta.
a) é possível a fixação do regime inicial fechado para o condenado por crime apenado com detenção, se reincidente.
b) é inadmissível a adoção do regime prisional semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos, ainda que favoráveis as circunstâncias judiciais.
c) a adoção do regime prisional fechado ao agente primário condenado a sete anos de reclusão independe de motivação.
d) é possível a fixação do regime inicial fechado ao agente primário condenado a pena inferior a quatro anos, se desfavoráveis as circunstâncias judiciais.
e) o condenado por crime contra a Administração pública terá a progressão de regime do cumprimento de pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.

31. A falta de uma das condições da ação

a) Somente pode ser declarada até a sentença, sendo inadmissível o exame da matéria em 2º grau.
b) Não pode ser reconhecida de ofício, salvo na hipótese de impossibilidade jurídica do pedido.
c) Implica a extinção sem julgamento de mérito e pode ser declarada de ofício.
d) Deve ser alegada mediante exceção ou mediante qualquer outro meio processual.
e) Constitui objeção de mérito e deve ser deduzida em preliminar de contestação.

32. A petição inicial deverá preencher determinados requisitos, bem como ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. Estando, porém, incompleta, deverá o juiz

a) Aguardar a contestação do réu, pois eventual medida dependerá de pedido expresso da parte, sendo-lhe defeso agir de ofício.
b) Determinar que o autor a complete, ou a emende, no prazo de quinze dias, sob pena de, não cumprida a diligência, ser indeferida a inicial.
c) Considerar o fato como simples irregularidade, determinando o prosseguimento da ação sem outras consequências.
d) Determinar a emenda da inicial, em cinco dias, sob pena de se considerar descumprido um ônus processual, com a respectiva preclusão.
e) Indeferir de imediato a inicial, extinguindo a ação sem resolução do mérito.

33. "A autocomposição é um fenômeno natural e inerente à pessoa humana, pois o homem busca espontaneamente a harmonia social mediante salutar convivência, evitando conflitos e compondo os existentes." (Petrônio Calmon, Fundamentos da Mediação e Arbitragem, 2ª edição, Editora Gazeta Jurídica, pág. 23/24). Dentre os possíveis resultados da autocomposição, as partes em conflito podem compor a controvérsia existentes por meio da renúncia, da submissão ou da transação. Analise as proposições abaixo formuladas a respeito da renúncia, da submissão ou da transação e marque a alternativa correta:
I – Ocorre a renúncia quando o titular da pretensão dela abre mão totalmente, desde que haja concordância da parte contrária;
II – Ocorre a submissão quando há o abandono total da resistência, sem qualquer exigência ou necessidade de concordância da parte contrária;
III – Ocorre a transação quando uma parte em conflito abandona parcialmente sua pretensão, enquanto a outra abandona parcialmente sua resistência.

a) estão corretos todos os itens;
b) estão corretos apenas os itens I e II;
c) estão corretos apenas os itens I e III;
d) estão corretos apenas os itens II e III;
e) estão incorretos todos os itens.

34. O acesso à justiça pode ser considerado como "o mais básico dos Direitos Humanos", encontrando-se contemplado pela Constituição Federal como um direito fundamental do cidadão. Diante deste entendimento, a garantia do acesso à justiça não mais se resume ao direito de ter acesso ao Poder Judiciário, uma vez que o entendimento sobre o tema foi ampliado para considerar acesso à justiça como acesso a uma determinada ordem de valores e direitos fundamentais do ser humano, ou seja, viabilizando o acesso à ordem jurídica justa. Sobre o conteúdo do acesso à justiça, assinale a alternativa CORRETA:

a) o acesso à justiça não se caracteriza pelo estímulo aos meios alternativos extrajudiciais como formas de acesso à solução adequada dos conflitos;

b) pode ser considerado como exemplo de positivação da garantia do acesso à justiça a disposição constitucional que estabelece ser proibida a prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

c) o acesso à justiça significa acesso aos métodos mais adequados à solução dos conflitos, que devem ser promovidos exclusivamente pelo Poder Judiciário;

d) o acesso à justiça busca viabilizar o acesso à ordem jurídica justa, possibilitando que o maior número de pessoas tenha acesso efetivo aos bens jurídicos tutelados pelo Direito;

e) o acesso à justiça pode ser limitado à garantia de acesso aos órgãos estatais.

35. A conciliação e a mediação são meios alternativos de resolução dos conflitos que, embora guardem várias semelhanças, utilizam métodos e possuem características próprias que as tornam distintas. A respeito das diferenças entre a mediação e a conciliação, assinale a alternativa INCORRETA:

a) enquanto na mediação vigora a confidencialidade, na conciliação impera a publicidade;

b) na mediação é necessário mais disponibilidade de tempo do mediador, enquanto que a conciliação é realizada, via de regra, no tempo em que as pautas do fórum permitem;

c) a mediação é mais adequada para a resolução de relações simples, enquanto que a conciliação é mais conveniente ser utilizada para a resolução das relações multiplexas;

d) o mediador apenas facilita a comunicação entre as partes, enquanto que o conciliador opina sobre o mérito da disputa, orientando e sugerindo soluções;

e) a mediação tem por fim desvendar os verdadeiros interesses e necessidades das partes, enquanto que a conciliação busca alcançar o acordo e por fim o processo, com resolução do mérito;

36. O Sr. Caio propõe ação de procedimento ordinário em face da empresa Alfaveta S.A., postulando a sua condenação em danos materiais correspondentes a R$ 300.000,00. Na sua peça, olvidou-se de fixar o valor da causa, tendo o magistrado, ao examinar o petitório, outorgado prazo de dez dias para emenda, que não foi realizada pelo autor, o qual não se pronunciou sobre o tema.

Em razão dessa omissão, deve o magistrado

a) decretar a revelia do autor, por descumprimento de decisão judicial.
b) julgar extinto o processo, indeferindo a exordial, por falta de requisitos formais.
c) julgar antecipadamente a lide e improcedente o pedido autoral.
d) suspender o processo por um ano, aguardando manifestação do autor.
e) designar audiência de conciliação para que o autor apresente justificativa pelo descumprimento da decisão.

37. Maria Luiza casou-se com Luis Carlos em setembro de 2012. Dessa união adveio um filho que se chamou Luis Carlos Filho. O genitor do menor sofria de doença incurável, mas, antes de seu falecimento decidiu deixar um testamento com o fito de deixar parte de seus bens para o menor e parte para a sua genitora.
No que tange os fatos jurídicos CASAMENTO, NASCIMENTO e TESTAMENTO, constituem, respectivamente:

a) Negócio Jurídico, Fato Jurídico em sentido estrito e Ato Jurídico.
b) Ato jurídico, Negócio Jurídico e Fato Jurídico em sentido estrito.
c) Ato Jurídico, Fato Jurídico em sentido estrito e Negócio Jurídico.
d) Fato Jurídico em sentido estrito, Ato Jurídico e Negócio Jurídico.
e) Negócio Jurídico, Ato Jurídico e Fato Jurídico em sentido estrito.

38. A mediação trata-se de um método extrajudicial de solução dos conflitos por meio do qual os interessados são intermediados por um terceiro imparcial que conduzirá as negociações, incentivando e facilitando o diálogo, com o fim de que as próprias partes encontrem a solução para a controvérsia. A respeito da mediação, assinale a alternativa que contem a assertiva incorreta:
a) o mediador deve se possível orientar as partes e sugerir soluções, buscando e propondo ativamente o acordo;
b) na mediação o mediador deve ajudar e orientar os envolvidos no conflito para que alcancem voluntariamente a solução mutuamente aceitável;
c) a mediação possui a vantagem de resolver a lide sociológica, possibilitando a continuidade pacífica da relação entre as partes;
d) a mediação também possui a vantagem da rapidez, confidencialidade, menores custos, grande possibilidade de êxito e qualidade na decisão acordada;
e) recomenda-se a mediação quando as partes possuem uma relação que se perpetua no tempo, pois o que se busca é terminar o conflito, preservando a relação.

39. Segundo Nalili (2011) os cursos de Direito no Brasil multiplicam-se ensinando sobre o litígio com enfoque nas ciências processuais. As partes controversas diante de uma pretensão resistida tendem a estabelecer um conflito.
Diante da afirmação marque a única alternativa que <u>não corresponde</u> aos fatores que podem desencadear um conflito.

a) limitação de recursos;
b) resistência a aceitar posições alheias;
c) interesse contraposto;
d) satisfação pessoal;
e) desrespeito à diversidade.

40. Quanto ao Instituto da Arbitragem assinale a alternativa correta.
a) Trata-se de um instituto contemporâneo às relações sociais, através do qual as pessoas indicam um terceiro interventor e desconhecido, para resolver seus conflitos.
b) A arbitragem ganhou destaque sobretudo no Direito Empresarial.
c) Prestigia a liberdade das partes em buscar a solução de seus conflitos fora da esfera estatal.
d) Possui natureza essencialmente contratual.
e) Com o advento da Lei nº 9.307/1996 que trata da arbitragem, a sentença arbitral passou a ser um título extrajudicial.